



ABDER ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS
DE ESTRADAS DE RODAGEM

NOTÍCIAS
www.abder.org.br

J O R N A L ABDER - Julho / Agosto 2008

Índice

- 1º) Deputados defendem a CIDE para Estados
- 2º) Plano Nacional de Pesagem começa a sair do papel com um ano de atraso
- 3º) Mensagem do Presidente
- 4º) 13º ENACOR / 39ª RAPv - Os Caminhos da Integração
- 5º) FASDERBRA promove V Encontro
- 6º) Grupos Técnicos - Gestão de Pessoas
- 7º) BNDES investe R\$12,5 bi em transportes
- 8º) Licenças ambientais mais rápidas
- 9º) DER-PB - Programa Novos Caminhos
- 10º) AGETOP - Pavimentação da BR-080
- 11º) DER-RJ - Obras de sinalização
- 12º) DER-SP - Rodovia vira laboratório
- 13º) DER-CE - Infra-estrutura na Costa Oeste
- 14º) SIDER - Gestão da Faixa de Domínio nas rodovias federais facilita e agiliza processos.

Deputados defendem a CIDE para Estados



R\$ 437 milhões a menos para investir em infraestrutura nos Estados. Esse é montante de recursos que os Estados irão perder somente este ano por causa do Decreto 6446, de 2 de maio, que reduziu as alíquotas da Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Para 2009 o impacto será ainda maior. O valor foi calculado pelo presidente da ABDER, Inácio Bento de Moraes Júnior, que participou de audiência pública promovida pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, em junho. Foto ao lado.

“Entendemos que o governo federal poderia absorver essa redução na parte que lhe cabe dos recursos da Cide. Os recursos transferidos aos Estados e municípios

são objeto de plano de trabalho já aprovado. Obras contratadas e iniciadas vão sentir essa redução caso o governo federal não banque essa diminuição”, afirmou Moraes Júnior.

O Secretário dos Transportes do Paraná e Presidente do Conselho Nacional dos Transportes - Consetrans; Rogério Walbach Tizzot, informou que desde a criação da Cide, os Estados passaram a aplicar cerca de R\$ 1,4 bilhão por ano em suas malhas rodoviárias. “Todos os Estados aplicam a Cide da forma como determina a lei – em obras de infra-estrutura. Somos bastante fiscalizados pela União e não podemos aceitar a diminuição desses recursos. A falta desses valores coloca em risco obras em andamento e o planejamento de investimento para os próximos anos”, enfatizou Tizzot.

Além do presidente da ABDER e do Consetrans,



participaram da audiência pública na Câmara o Presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR, José Alberto Pereira Ribeiro, e o diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT, Miguel de Souza, que concordou: “o governo federal deve encontrar outra fonte de recursos para não prejudicar as obras nas estradas federais e estaduais”. O presidente da Comissão, deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), enviou ofício aos ministros do Transportes, Alfredo Nascimento, e da Fazenda, Guido Mantega, solicitando que uma linha de transferência de recursos do Tesouro seja estabelecida em socorro dos Estados, para “sustentar os projetos de infra-estrutura”. Para Leréia, os recursos para o setor transportes devem

ser garantidos pela Reforma Tributária, que está em tramitação na própria Câmara.

A extinção da CIDE gerou leve divergência entre o presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, deputado Antonio Palocci (PT-SP), e o relator, deputado Sandro Mabel (PR-GO). O relator anunciou que a CIDE deverá ser incorporada ao novo IVA – Imposto sobre Valor Agregado, juntamente com a Confins, PIS e o Salário Educação, que incide sobre a folha de pagamento das empresas. O deputado Mabel confirmou ser favorável à vinculação de parte dos recursos da União para os transportes.

Antonio Palocci ponderou que a CIDE também desempenha o papel de fiscalizar o setor de combustíveis e que, por isso, não deveria ser extinta nem incorporada ao IVA. “A CIDE tem características diferentes. Ela permite ajustes quando há pressão de preços. Ela permite ajustar os valores para reduzir impacto para o consumidor”. Essa possibilidade de ajuste que a contribuição tem, segundo ele, o IVA-Federal não poderá ter. “Como o combustível tem esse particularidade, talvez seja mais adequado manter para os combustíveis a tributação da Cide e não do IVA-Federal”, argumenta Palocci.

O vice-presidente da Comissão da Reforma Tributária, Edinho Bez (PMDB-SC), garantiu ao presidente do Consetrans, Rogério Tizoot, que “União, Estados e Municípios não devem perder recursos da Cide”.

No início de julho, a Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura Nacional realizou um seminário para alavancar “Propostas para o Crescimento Sustentado de Infra-Estrutura de Transporte do Brasil”. Foto acima. No evento, aberto pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), Luiz Antonio Pagot, destacou a necessidade de uma metodologia diferente da que é usada hoje, para que os trabalhos andem. “Estou aqui hoje para pedir socorro à Câmara, não podemos deixar que a burocracia continue engessando os investimentos que o Brasil tanto precisa”.

Durante um dos painéis do evento, o relator da Reforma Tributária, Sandro Mabel, voltou a defender a vinculação de recursos para os transportes. O vice-presidente da Frente, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) resumiu o sentimentos dos parlamentares integrantes do movimento: “A vinculação (constitucional) de recursos para o transporte é fundamental. O setor não dá para viver dependendo de uma canetada”.

[Voltar](#)

Plano Nacional de Pesagem começa a sair do papel com um ano de atraso

O Ministério dos Transportes está tirando o Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem – PDNEP – do papel com mais de um ano de atraso. No dia 14 de julho, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT– finalmente começou a firmar os contratos com os consórcios vencedores das licitações para a recuperação e operacionalização de 78 postos de balança existentes nas rodovias federais. O prazo para que as balanças estejam em operação é de 60 dias. Os contratos, que variam entre 36 e 42 meses, totalizam os R\$ 261,4 milhões.

Na audiência pública promovida pelo DNIT em 12 de setembro de 2006, a idéia do Governo era lançar o

Plano em dezembro daquele ano e firmar os contratos com as operadores em fevereiro de 2007. O Informativo da ABDER, edição de outubro de 2006, publicou extensa matéria sobre o Plano.



Com efeito, desde o 1º de outubro de 2007, as balanças do DNIT foram desativadas por causa do fim do prazo dos contratos do órgão com as antigas prestadoras de serviço. Na época, 49 postos de pesagem estavam funcionando em todo o país. Com a implantação do PDNEP, até o fim do ano haverá licitações para a construção de novos 160 pontos de balança. Os investimentos no Plano Nacional de Pesagem previstos no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – são de R\$ 666 milhões até 2010. Mas até que as balanças voltem a funcionar, a farra do sobrepeso promovida pelas transportadoras vai continuar.

As estatísticas demonstram que pelo menos 77% dos caminhões transportam cargas com excesso de peso por eixo. Pesquisas desenvolvidas comprovam que basta 10% de excesso de peso nos veículos de carga ou de passageiros para reduzir a vida útil de uma estrada pavimentada em até 40%. Entretanto, o resultado mais triste do apagão do sistema nacional de pesagem, além da degradação das estradas, é o aumento dos acidentes. Somente em Minas Gerais, estado com maior malha rodoviária federal (cerca de 8,7 mil km), foram registrados 10.536 no primeiro semestre do ano, contra 9.632 registros no mesmo período de 2007, quando 10 balanças estavam ativas na malha federal mineira.

Em junho, o Ministério Público Federal em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, firmou o segundo acordo judicial em que os réus se comprometem a adquirir balanças de pesagem para serem entregues à Polícia Rodoviária Federal. Sob o risco de condenação ao pagamento de multa e indenização por dano moral coletivo, duas empresas agrícolas aceitaram o acordo com as seguintes obrigações: 1. elas não poderão mais circular veículos com excesso de peso; 2. as empresas ficam obrigadas a adquirir, no prazo de 180 dias, um sistema para pesagem dinâmica móvel e de autuação, composto por diversos itens, entre eles balança e duas plataformas portáteis. As empresas terão ainda de construir duas plataformas para operação de balança, uma na BR-365 e outra na BR-050.

Quando o DNIT promoveu a audiência pública, em setembro de 2006, havia 49 postos de pesagem operando normalmente em toda a malha rodoviária federal (58 mil km pavimentados), sendo 15 fixos e 34 móveis. Na época, o PDNEP previa a implantação de 220 novos postos de pesagem, que deveriam começar a operar no primeiro semestre de 2007, e os investimentos previstos chegariam a R\$ 1,5 bilhão em cinco anos. O atual Plano Nacional de Pesagem anunciado pelo DNIT reduziu o número de balanças para 160, mas essa diminuição da quantidade de postos não irá comprometer a eficiência do sistema de pesagem, garante o Coordenador Geral de Operações Rodoviárias do DNIT, Luiz Cláudio Varejão, acrescentando que Estados e Municípios também terão que elaborar e implantar seus respectivos planos de pesagem para evitar que os veículos com sobre peso prejudiquem as rodovias estaduais e municipais.

O presidente da ABDER, Inácio Bento de Moraes Júnior, criticou o PDNEP. “O próprio DNIT admite que haverá aumento do tráfego nas rodovias estaduais e municipais com a implantação das balanças de pesagem. Veículos com sobre peso, para evitar as balanças federais, vão fugir para a malha rodoviária estadual e municipal. O Governo Federal, agora, tem que garantir recursos para que Estados e Municípios possam elaborar seus planos de pesagem, caso contrário, a maior parte da malha rodoviária brasileira será prejudicada. Com o PDNEP o Governo está cobrindo um santo e descobrindo muitos outros”, criticou Moraes Júnior, salientando que o PDNEP deveria ter sido elaborado e implantado pelo DNIT em conjunto com os órgãos rodoviários estaduais.

[Voltar](#)

Mensagem do Presidente



O Governo Federal repassou aos Estados, na primeira quinzena de julho, a parcela dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE – correspondente ao segundo trimestre do ano. Foi o primeiro repasse após o Decreto nº 6.446, de 02 de maio, que reduziu drasticamente as alíquotas da CIDE. Os Estados receberam 19,49% menos do que receberiam caso o Decreto não tivesse sido editado. A parcela dos recursos da CIDE correspondente ao terceiro trimestre, prevista para ser repassada aos Estados em outubro, será bem menor. Numa perspectiva otimista, os Estados irão perder em torno de 45% do que teriam direito.

O Decreto 6446, editado com o argumento de reduzir os índices inflacionários, é uma bomba de efeitos retardados. O efeito mais visível e imediato é a redução da transferência de recursos aos órgãos rodoviários estaduais. A parcela da CIDE que acabou de ser repassada não foi menor porque a redução da alíquota de arrecadação da Contribuição ocorreu a partir de maio e não atingiu todo o período do trimestre. Nos primeiros cinco meses do ano, de janeiro a maio, a arrecadação média da CIDE foi de R\$ 653 milhões. Em junho, mês de pleno efeito do decreto, a arrecadação da CIDE despencou para R\$ 303 milhões, uma queda de 46,38%, o suficiente para soar os alarmes dos órgãos rodoviários estaduais.

Como agravante, a inflação não foi contida com o 6446 e o Banco Central elevou a taxa de juros em 0,75%, no início do julho. Com a elevação dos juros, o mais provável é que haja uma redução da atividade econômica nos próximos meses, o que deverá impactar ainda mais o repasse para os Estados no terceiro trimestre do ano. A lógica é simples: com a redução de atividade econômica, diminui o consumo de combustível e, conseqüentemente, a arrecadação da CIDE.

Não podemos deixar de enfatizar que os Estados, que recebem apenas 17,23% (em números reais) dos recursos da CIDE, mantêm 115 mil km de rodovias pavimentadas enquanto a União mantém 58 mil km de estradas federais pavimentadas e fica com o restante do “bolo”. Essa realidade nos leva a pensar em outros efeitos retardados do decreto e muito mais danosos do que falta de dinheiro dos órgãos estaduais.

Entre esses efeitos retardados, conseqüência direta da asfixia financeira dos órgãos rodoviários estaduais, está o sucateamento das nossas estradas e do nosso sistema de transporte como um todo. Com mais essa medida o risco de vivermos um apagão logístico é real e iminente. Temos alertado as autoridades federais reiteradas vezes que o sistema de transportes e logística no país necessita de investimentos constantes e vamos continuar insistindo no tema para não pecarmos por omissão. Já demonstramos em informativos anteriores como a extinção do Fundo Rodoviário em 1988 levou o sistema de transportes nacional à beira do caos. Já assinalamos que a falta de transportes provoca perda de bilhões de dólares por falta de meio de escoamento de safras agrícolas, aumento do desemprego e do déficit da Previdência, falência dos sistemas de saúde e educação, etc.

Esperemos que o Decreto 6446 traga pelo menos um efeito retardado positivo: que os nossos parlamentares se sensibilizem para a necessidade de criarmos, durante a Reforma Tributária em tramitação no Congresso, uma vinculação orçamentária de recursos do Tesouro para o setor de transportes. Aliás, garantir constitucionalmente recursos para sistema nacional de transportes será, talvez, o único efeito retardado positivo do 6446.

Eng.º. Inácio Bento de Moraes Júnior

Diretor Superintendente do DER-PB e Presidente da ABDER

[Voltar](#)

39ª RAPv/13º ENACOR - Os Caminhos da Integração

13º ENACOR / 39ª RAPv

Os Caminhos da Integração

“Os Caminhos da Integração”, o maior evento do rodoviarismo na América Latina, que reúne o 13º Encontro Nacional de Conservação Rodoviária – ENACOR - promovido pela ABDER, e a 39ª Reunião Anual de Pavimentação - RAPv, promoção da Associação Brasileira de



Pavimentação - ABPv, está confirmado de 16 a 19 de setembro, em Recife, Pernambuco. Mais informações no site: www.oscaminhosdaintegracao.com.br
www.oscaminhosdaintegracao.com.br

[Voltar](#)

FASDERBRA promove V Encontro

A Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil - FASDERBRA, promoveu o V Encontro Federativo Interestadual Sindical, nos dias 16 e 17 de junho em João Pessoa-PB. Nesta oportunidade a FASDERBRA, através de seu presidente, Eng^o Nilton Ramos, elaborou a Carta de João Pessoa, demonstrando a preocupação do setor rodoviário com a Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional, e a diminuição dos recursos da CIDE. Na Carta a FASDERBRA propõe a revogação do Decreto 6446 e a transformação da CIDE em fundo específico para o sistema de transportes.

[Voltar](#)

Grupos Técnicos - Gestão de Pessoas

Alto percentual de servidores em idade avançada, necessidade de concursos, desmotivação e acomodação dos servidores, e salários muito baixos em geral. Esse é o perfil comum à maioria dos quadros funcionais dos órgãos rodoviários estaduais, conforme avaliaram os integrantes do Grupo Técnico da ABDER Gestão de Pessoas, que se reuniram em Brasília, nos dias 17 e 18 de junho. Foi o segundo encontro do grupo. Os representantes dos órgãos estaduais analisaram a importância de apoio para implantação de políticas fortes de recursos humanos nos DERs, para treinamento de mão-de-obra operacional e capacitação do servidor para atuar na fiscalização de obras rodoviárias, além da capacitação das áreas meio e fim.

A experiência do DER-MG de valorização do servidor, com introdução da ginástica laboral, restaurante, criação de coral e outras atividades, deverá servir de modelo para outros órgãos rodoviários estaduais. O grupo também irá estimular o melhor aproveitamento da Escola de Governo (ENAP), atualmente utilizada apenas pelos servidores dos DERs de Minas Gerais, Pernambuco, Tocantins e Goiás. O grupo irá fazer ainda um diagnóstico das políticas de gestão de pessoas em cada órgão rodoviário estadual, com dados sobre o quantitativo de pessoal, dividido por cargo, faixa etária, nível salarial e nível educacional, cursos oferecidos nos últimos cinco anos e com previsão de ocorrência para os próximos cinco anos, planos de cargos e salários etc.

O grupo decidiu encaminhar todo o conteúdo dos debates e as decisões adotadas na reunião para os

demais órgãos rodoviários ausentes. O grupo é coordenado por Solange Bastos Costa, do DERBA. Estiveram presentes à reunião representantes dos seguintes órgãos rodoviários: DERBA, Ivilana Quadros Tonhá; DER-PE, Pedro Vilar e Monique Marie Korossy; DEINFRA-SC, Sidirlei da Silva Eli; Agetop (GO), Dunalva do Couto Lima Moreira; DER-DF, Volme Lourenço Pereira de Souza; DER-TO, Magdala L. C. Costa; DER-MG, Iara Veloso Pinheiro e o Superintendente Executivo da ABDER, Dr. Júlio Rangel.

[Voltar](#)

BNDES investe R\$12,5 bi em transportes

Entre maio de 2007 e abril de 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – investiu R\$ 78,615 bilhões em projetos de infra-estrutura, sendo R\$ 12,5 bilhões em projetos de transporte terrestre, modais rodoviário, ferroviário e metroviário. O setor foi o que mais recursos recebeu do Banco no período. O comportamento foi afetado pelo crescimento de atividades intensivas como a mineração e a siderurgia. Com o avanço das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o volume de empréstimos para a infra-estrutura se aproximou do patamar de desembolsos para a indústria. Nos 12 meses até abril, o banco desembolsou R\$ 31,7 bilhões para a indústria e R\$ 30,2 bilhões para a infra-estrutura.

Além do setor de transporte terrestre, a infra-estrutura registrou maior patamar de desembolsos para energia elétrica (R\$ 7,7 bilhões) e telecomunicações (R\$ 5,2 bilhões) nos 12 meses até abril.

[Voltar](#)

Licenças ambientais mais rápidas

O governo vai simplificar o processo de análise de licença ambiental para reduzir o tempo entre a solicitação e a concessão da licença. A idéia é acelerar a liberação de 500 processos que estão na fila de espera do Ibama e facilitar os futuros pedidos. Com o plano chamado de Destrava Ibama, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, pretende reduzir o processo de licenciamento para um prazo médio de 13 meses. Atualmente, esse processo leva em média 24 meses. O prazo começará a valer a partir do momento em que as empresas que pedirem as licenças entregarem todos os documentos necessários. O Ibama passará a contar com um cronograma detalhado para a emissão dos protocolos ambientais, o que até então não existia. Também serão contratados 400 analistas ambientais por concurso público, que vão auxiliar os trabalhadores de análise dos processos.

[Voltar](#)

DER-PB - Programa Novos Caminhos

O Governo da Paraíba irá investir RA\$ 10,5 milhões na construção da rodovia PB-214, trecho Sumé/Congo, no Cariri paraibano, com 31 quilômetros. A obra, beneficiando 30 mil pessoas da região, é mais uma do Programa Novos Caminhos, informou o superintendente do Departamento de Estradas de

Rodagem (DER), Inácio Bento de Moraes. Os trabalhos, que incluem a construção de uma ponte com 150 metros de extensão sobre o Rio do Meio, deverão ser concluídos até o fim de 2009. Os 22,4 quilômetros da PB-306, trecho ligando Princesa Isabel a Manaíra, no Sertão paraibano, já foram concluídos, ao custo de R\$ 4,5 milhões com recursos da Cide e do tesouro do Estado.

[Voltar](#)

AGETOP - Pavimentação da BR-080

O presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop, José Américo, acompanha de perto a implantação e pavimentação de mais um trecho da BR-080: o trecho entre São Miguel do Araguaia e o Distrito de Luiz Alves, com 45,55 km. Os recursos são federais mas a responsabilidade pelo desenvolvimento da obra é a Agetop. A BR-080 tem o seu início no Distrito Federal, atravessa o Estado de Goiás até o Estado do Mato Grosso. O trecho pavimentado vai também, incrementar o turismo da região. Luiz Alves abriga um dos complexos turísticos mais importantes do Rio Araguaia, com toda infraestrutura hoteleira especializada no turismo de pesca

[Voltar](#)

DER-RJ - Obras de sinalização

A Superintendência de Sinalização do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Rio de Janeiro, informou que, no primeiro semestre do ano, R\$ 1,5 milhão foram investidos na implantação de placas de sinalização vertical (indicativas) e horizontal (pintura de faixas) em toda a malha rodoviária do Estado do Rio. Ao todo foram colocadas 2.339 placas e sinalizados 316,4 quilômetros.

Desse total, mais da metade precisaram ser trocas devido a ações de vandalismo que variam de pichações a tiros e furtos. Estes atos nas rodovias estaduais aumentam em época de férias e feriados prolongados, quando o fluxo de motoristas cresce em até 30% nas estradas. Somente no 1º semestre, o DER gastou mais de R\$ 350 mil para repor sinalização destruída por vândalos.

[Voltar](#)

DER-SP - Rodovia vira laboratório

Entrou em operação o projeto Pista Experimental, na Estrada Velha Campinas-São Paulo (SP-332), pioneiro no Brasil que irá servir de laboratório para pesquisas de conservação, construção, pavimentação, segurança e operações de rodovias. Os trabalhos são resultados de uma parceria entre o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Universidade Presbiteriana Mackenzie e iniciativa privada. O trecho experimental está localizado entre os bairros de Joapiranga e Recreio dos Cafezais, próximo ao

Colégio Visconde de Porto Seguro, em Valinhos.

[Voltar](#)

DER-CE - Infra-estrutura na Costa Oeste

Dar suporte em infra-estrutura rodoviária para que turistas e visitantes tenham um melhor acesso a pontos turísticos e roteiros do litoral, serra e sertão do Estado, no sentido Oeste. Esse é o objetivo do Governo do Ceará ao anunciar novas obras de pavimentação das rodovias na região. Entre as obras executadas pelo Departamento de Edificações e Rodovias (DER) estão a restauração da rodovia CE-085, que liga o quilômetro zero de Caucaia a Quatro Bocas, na entrada de Paracuru. O trecho, com 59km, tem previsão para ser concluído em dezembro de 2008. Na região, o Governo Estadual está construindo trechos das rodovias CE-085 (72,11km), CE-433 (8,84km), CE-085 (55,13 km), CE-311 (69,41km) e CE-176 (50,85km).

[Voltar](#)

SIDER - Gestão da Faixa de Domínio nas rodovias federais facilita e agiliza processos.

SIDER – Gestão da Faixa de Domínio nas rodovias federais facilita e agiliza processos.



Com o intuito de padronizar os procedimentos e o controle da utilização da faixa de domínio ao longo das rodovias federais sob responsabilidade do DNIT pelas empresas permissionárias e particulares, bem como o gerenciamento da receita oriunda dessa ocupação, a Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT em parceria com a Superintendência Regional do DNIT em Santa Catarina e com o apoio tecnológico da Softplan/Poligraph implantaram o Sistema de Gestão da Faixa de Domínio - GFD e o Sistema de Gestão de Receitas – REC para atender às particularidades do Órgão.

O projeto iniciou em Santa Catarina e posteriormente envolveu os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o DNIT está expandindo seu uso para todas as Superintendências Regionais.

Dentre as ações tomadas no decorrer desse processo, destacam-se:

- Confecção do manual de procedimentos para a permissão especial de uso das faixas de domínio de rodovias federais, elaborado por uma comissão composta de membros do DNIT.
- Elaboração de formulários de vistoria para fiscalizar os principais tipos de instalações permitidas, a fim de uniformizar os parâmetros para autorização da ocupação da faixa de domínio.
- Elaboração de manual com instruções de preenchimento do GFD para possibilitar a obtenção de informações do sistema com agilidade, padrão e qualidade.

Recentemente foi aprovada a nova metodologia para determinação do preço público a ser cobrado pelo uso da faixa de domínio. Os sistemas estão adequados para permitir a agregação dos novos requisitos do DNIT e a descentralização do controle da receita.

A solução contempla, ainda, o acesso pela Internet ao Portal da Faixa de Domínio do DNIT para a população, o que permite a obtenção de informações, o envio e o acompanhamento das solicitações referentes à ocupação da faixa de domínio.

“A modernização tecnológica do DNIT visa alcançar maior eficiência no atendimento às solicitações do uso da Faixa de Domínio das rodovias federais. Foram inúmeras as melhorias implementadas com o desenvolvimento dos sistemas especialistas: as rotinas de trabalho foram aprimoradas e a obtenção de informações concretas foi decisiva para o alcance na excelência na gestão”, assegura Luiz Cláudio dos Santos Varejão, Coordenador Geral de Operações Rodoviárias do DNIT.



Portal do Sistema de Gestão da Faixa de Domínio.

[Voltar](#)